Entre o Vento e o Território: conflitos socioambientais e a produção de energia eólica na Ponta do Tubarão/RN

Alzira Barbalho Ferreira da Silva[1]
Mozart Fazito Rezende Filho[2]

1. INTRODUÇÃO

A intensificação da matriz energética brasileira com fontes renováveis, especialmente a eólica, é frequentemente apresentada sob discursos de avanço tecnológico, descarbonização e compromisso com a agenda climática global, em consonância com as diretrizes da Agenda 2030 da ONU (2018). No estado do Rio Grande do Norte, atual líder nacional na geração desta fonte, o litoral tornou-se o alvo prioritário de vultosos investimentos de capital transnacional. Essa expansão, contudo, tem atingido áreas de alta vulnerabilidade e sensibilidade socioambiental, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). Criada originalmente como um marco de conciliação entre conservação e desenvolvimento através da mobilização popular, a reserva hoje abriga múltiplos parques eólicos que alteraram drasticamente sua paisagem e dinâmicas sociais.

Este resumo expandido é derivado de uma pesquisa de dissertação de mestrado já defendida, que investigou como a sobreposição de infraestruturas industriais em territórios protegidos altera a dinâmica local. O objetivo geral deste trabalho é analisar as relações entre a expansão da energia eólica e os impactos socioambientais na reserva, com foco nas implicações para o turismo de base comunitária e para a governança do território. A pesquisa justifica-se pela necessidade de confrontar a narrativa hegemônica da "energia limpa" com as realidades de despossessão e conflito vividas pelas comunidades tradicionais, cujos modos de vida e potencialidades turísticas são diretamente afetados pela produção do espaço voltada ao setor elétrico.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso centrado na RDSEPT. Os procedimentos metodológicos incluíram uma revisão documental exaustiva, levantamento em bases de dados secundárias e a realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias locais. Para a interpretação dos dados, utilizou-se a perspectiva foucaultiana de análise de discurso, conforme adaptada por Hajer (2006), o que permitiu mapear as narrativas hegemônicas difundidas por empresas e pelo Estado, bem como os contra-discursos das comunidades atingidas. A análise buscou identificar como as práticas de poder moldam a ocupação e a gestão da reserva, utilizando como suporte teórico as críticas de Bianchi (2009) sobre a virada crítica nos estudos turísticos.

[1] Doutoranda em Turismo pela UFRN. alzbrbfrr@gmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
[2] Doutor e Professor do Departamento de Turismo da UFRN. fazito.rezende@ufrn.br. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3. RESULTADOS

Os resultados evidenciam que a instalação dos parques eólicos na RDSEPT operou transformações profundas que transcendem a infraestrutura técnica, alterando a essência do território e afetando de forma desproporcional as populações residentes. No campo ambiental e físico, identificou-se danos severos aos ecossistemas que sustentam a vida na reserva: a supressão de vegetação nativa, a remoção de dunas e a modificação drástica do solo para a fundação dos aerogeradores comprometeram a biodiversidade e inviabilizaram áreas históricas de pesca artesanal e de agricultura familiar. Além do impacto ecológico, a poluição sonora constante e as vibrações das torres foram relatadas pelas lideranças como fontes de estresse crônico e desconforto físico, enquanto as obras de construção causaram rachaduras estruturais em residências e agravaram problemas respiratórios na comunidade devido à poeira em excesso. Tais achados corroboram a tese de Hofstaetter (2016) sobre a natureza conflituosa da energia eólica no Brasil.

Em relação ao turismo, observou-se que a descaracterização da paisagem natural — principal ativo do Turismo de Base Comunitária (TBC) local — prejudicou a atratividade da região para visitantes que buscam experiências de natureza e sustentabilidade. O acesso a áreas antes utilizadas para lazer e extrativismo foi limitado, resultando em uma fragmentação da identidade territorial construída coletivamente. Politicamente, evidenciou-se um esvaziamento dos mecanismos de controle social; as lideranças relataram a exclusão da comunidade nos processos decisórios e o esvaziamento do Conselho Gestor, fruto de frustrações com promessas não cumpridas por empresas e pelo Estado.

A análise dos discursos coletados revela que a implementação desses projetos é sustentada por uma "coalizão de discurso" (HAJER, 2006) que utiliza o rótulo de sustentabilidade para silenciar críticas locais. Sob a égide da transição energética, cria-se uma narrativa de inevitabilidade tecnológica que desqualifica as formas tradicionais de uso do solo como "atrasadas" ou "obstáculos ao progresso". Esse enquadramento discursivo permite que o Estado e as empresas operem uma maquiagem verde (*greenwashing*), onde o benefício global da redução de emissões é usado para justificar a degradação local de um ecossistema protegido. A pesquisa aponta que essa retórica hegemônica mascara o fato de que a energia produzida muitas vezes não beneficia diretamente a comunidade local, que continua pagando altas tarifas enquanto convive com os ônus ambientais da geração.

Ademais, a dimensão política do conflito manifesta-se no que Harvey (2004) denomina "ajuste espacial" do capitalismo contemporâneo, onde o território da reserva é reconfigurado para servir à acumulação de capital transnacional. A governança participativa, que deveria ser o pilar da RDSEPT, foi suplantada por uma gestão tecnocrática que prioriza prazos corporativos em detrimento do tempo das comunidades. O esvaziamento do Conselho Gestor não é apenas uma falha administrativa, mas uma estratégia de poder que fragmenta a resistência local. O sentimento de "perda de lugar" relatado pelos entrevistados indica que a transição energética, da forma como está sendo conduzida, atua como uma força de gentrificação rural e costeira, onde o morador tradicional perde o controle sobre os rumos do seu próprio desenvolvimento turístico e socioeconômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o caso da RDSEPT ilustra como políticas públicas energéticas, ambientais e turísticas podem entrar em colisão quando não há integração setorial. Enquanto o setor eólico recebe incentivos fiscais e licenciamento acelerado, as políticas de fomento ao turismo comunitário e de preservação ambiental sofrem com baixa execução e descontinuidade. A pesquisa demonstrou que a sustentabilidade do turismo e a preservação do território dependem diretamente da manutenção dos atributos culturais e biofísicos que lhes conferem valor. Relacionado aos objetivos iniciais, fica claro que a transição energética, se guiada apenas por metas quantitativas, tende a reproduzir desigualdades e comprometer a coesão social. Recomenda-se a criação de arranjos institucionais que garantam o direito das populações à permanência, ao trabalho e à paisagem, condicionado a mecanismos robustos de consulta prévia, conforme preconizado pela literatura crítica e pelas salvaguardas socioambientais necessárias para uma governança participativa real.

PALAVRAS-CHAVE

Energia eólica, Turismo de base comunitária, Políticas públicas, Conflitos socioambientais, RDSEPT.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, R. V. The 'critical turn' in tourism studies: A radical critique. **Tourism Geographies**, v. 11, n. 4, p. 484-504, 2009.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

HAJER, M. A. Doing discourse analysis: coalitions, practices, meaning. In: **Words matter in policy and planning: Discourse theory and method in the social sciences**. KNAG, 2006. p. 65-74.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOFSTAETTER, M. Conflitos ambientais e energia eólica no Brasil. **Revista NERA**, p. 1-23, 2016.

ONU, PNUMA. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **AmbientalMENTEsustentable**, v. 25, n. 1, p. 171-190, 2018.

ROZENDO, C. R. S.; HOFSTAETTER, M.; GÊ, D. Impactos socioambientais da energia eólica no litoral do RN. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 3, p. 1-20, 2018.

SILVA, A. M. B. F. **Quando os moinhos de vento se tornam dragões: os parques eólicos e seus aerogeradores de conflitos na Ponta do Tubarão/RN**. 2025. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.